

## Entrevista

# Binka Le Breton

## Trabalho escravo: a chaga do Brasil aberta para o mundo

O trabalho escravo é assunto do livro “Vidas roubadas – A escravidão moderna na Amazônia brasileira”, da escritora inglesa Binka Le Breton.

Para escrever o livro, a autora visitou o sul do Pará, Tocantins e Mato Grosso, contando com a ajuda dos padres da Comissão Pastoral da Terra que atuam na região. Também participou de uma operação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Visitou fazendas, bordéis, pensões, casas de “peões de trecho”, entrevistou “gatos” e fazendeiros, viúvas de peões assassinados. Também foi fundo na raiz dos problemas, discorrendo sobre o processo de ocupação da Amazônia, fomentado pelo governo federal com recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, que fez milionários da noite para o dia, às custas da exploração de pessoas miseráveis da região e de Estados do Nordeste.

Os relatos “nus e crus” da narrativa de Binka Le Breton têm notas de reflexão, questionamentos profundos e um chamado ao leitor para que assuma sua quota de responsabilidade. Insiste que falar do problema, torná-lo explícito e conhecido talvez já seja uma ajuda. O livro foi escrito em inglês e está sendo lançado em vários países do mundo. Certamente, este não é o tipo de publicidade que o governo federal gostaria de ter pelo mundo afora.

*Freqüentemente, quando fazemos entrevistas ou matérias, ao escrever não encontramos espaço para colocar tudo aquilo que vemos ou ouvimos. As limitações de espaço ou tempo, ou mesmo o rumo que o texto toma, por si só, nos obriga a deixar de lado algumas informações que, apesar de importante, não são prioritárias naquele momento. Há algo que você viu ou ouviu e por algum motivo não entrou no livro?*

Houve, sim, é claro! Houve um incidente que não contei, na viagem com o Grupo Móvel. Não julguei necessário incluí-lo no livro, mas, talvez, seja interessante contar agora. A fiscalização que acompanhei foi complexa, estressante e não muito bem sucedida – por razões fora do controle do Grupo Móvel. A cidade foi hostil, o transporte difícil, não foi possível resgatar todos os trabalhadores e, no final, o dono da fazenda recusou-se terminantemente a fazer o acerto das contas. Tudo isso causou um ambiente de tensão entre os membros do Grupo, principalmente entre os Auditores Fiscais do Trabalho (AFTs) e os policiais federais – que têm formações notavelmente diferentes, além de maneiras diferentes de abordar a questão. O dono da fazenda – Chico Filho, integrante do governo estadual de PiauÍ - enrolou muito. Seu advogado chegou num avião do Estado, pilotado por um membro da Polícia Federal. Aos poucos ficou óbvio que, enquanto o Grupo se mantivesse na área, ele não iria acertar de jeito algum. O advogado arrumou uma desculpa depois da outra: não concordava com os cálculos, estava se sentindo mal, o banco não teria dinheiro suficiente para efetuar o pagamento, ele estava com malária, e assim por diante. Finalmente se foi, dando carona a vários policiais federais, integrantes do Grupo Móvel. O fato do Grupo Móvel não ter conseguido o pagamento afetou seriamente sua credibilidade perante os peões, e absolutamente não foi responsabilidade dos AFTs. Mas a saída de alguns policiais deixou o Grupo Móvel (já desmoralizado) muito constrangido, além de vulneráveis no que dizia respeito à segurança. Mostrou claramente que é preciso melhorar o relacionamento entre os integrantes dos dois órgãos, além de um compromisso e preparo da Polícia Federal para lidar com a questão.

Outro fato interessante aconteceu na entrevista com Sr. Quagliato (fazendeiro denunciado). Consegui uma entrevista com ele, e levei comigo um cineasta francês junto com seu ajudante. Ele

não falava português, e fui eu que comandi a entrevista. Fomos bem recebidos, passamos o dia inteiro com o dono da fazenda, e a entrevista foi muito proveitosa. No entanto, na volta, o cineasta brigou comigo, pelo fato de eu ter tratado Sr. Quagliato com gentileza. Mais tarde fui criticada por algumas pessoas por ter me referido ao Sr. Quagliato como uma pessoa afável. Para mim, o fato dele ser uma pessoa educada, afável e altamente profissional contrastou de uma maneira impressionante com o fato de que suas fazendas tinham sido alvos de muitas denúncias por trabalho escravo. Isso é uma coisa altamente sofisticada e não coisa do fazendeiro retrógrado do interior. Mas, como escritora, cabe a mim fazer uma reportagem que mostra os dois lados da história. Sem desculpar, de forma alguma, a conduta do Grupo Quagliato, no que se refere a trabalho escravo.

*As pessoas entrevistadas por você e pelo padre Ricardo Rezendem especialmente os “gatos” e donas de pensões e bordéis, tratam a morte, a exploração, os vícios de todos os tipos, como coisas naturais e que não vão mudar nunca. Você conseguiu identificar o tipo de “ética” regida nessas pessoas?*

Acho que vem de uma história longa de exploração: de gerações de escravos negros, das gerações que conviviam com a ditadura. Vem também da ignorância e do medo. Da convivência com os patrões que mandam em tudo. Da falta de oportunidade, da saúde comprometida, da visão do “pobre”, do fatalismo, do comodismo. Da atitude que diz “Deus que sabe” ou “O Senhor é que sabe.” Da expectativa de ser explorado.

Como assumir a cidadania? Dando muitos passos pequenos. Assumindo controle sobre coisas pequenas, para adquirir autoconfiança e esperança. Ajudando uns aos outros, em vez de ficar cada um no seu canto. Abrindo a cabeça, na escola, na igreja, na associação de moradores ou de produtores. Se arriscando, e dando certo.

*Em várias passagens do livro você descreve o processo de ocupação da Amazônia, incentivado pelo governo federal de maneira irracional, despejando rios de dinheiro nas mãos de poucos que sugaram e exploraram o que podiam para tirar lucro e proveito, sem se importar com as conseqüências de degradação ambiental ou humana. No ponto que as coisas estão hoje, você considera que é possível reverter a situação? O governo federal será capaz de “moralizar” a Amazônia? Que forças enfrentaria e a que preço?*

O modelo de desenvolvimento da Amazônia seguiu o modelo de ocupação do Far Oeste americano, sofrendo algumas mesmas conseqüências. Nos EUA a ocupação constituiu em dar direitos de posse aos pequenos agricultores, e estimular os caubóis e fazendeiros a entrarem na terra prometida. Resultado desastroso para os povos indígenas, e, no longo prazo, conseqüências danosas ao meio ambiente – tipo o Dustbowl dos anos 30. Resultado ao longo prazo, integração do continente e construção de um país de oportunidade para todos.

Na Amazônia a situação foi um pouco diferente. Primeiro, o País estava sob o comando de um governo militar, que pouco entendia sobre economia. É verdade que tem lugar para incentivos fiscais – se forem bem administrados. Infelizmente não foi o caso da Amazônia. Quanto à degradação ambiental, é verdade que aconteceu em larga escala. Mas é bom lembrar que, na época, a selva era considerada como uma barreira ao progresso (atitude prevalente até hoje) e a questão ambiental quase não interessava a ninguém. Também pouco se entendia sobre os solos pobres da selva. A exploração humana tende a acompanhar épocas de expansão, mas a degradação humana se mostrou notavelmente em dois grupos: os povos indígenas e os trabalhadores escravos.

O problema maior é que até agora não conseguimos achar um modelo racional de desenvolvimento da Amazônia. Pior, o tempo está se esgotando. Temos que agir com rapidez, mas ninguém está de acordo sobre a maneira de agir. Em vez de encorajar mais ocupação, o governo poderia, talvez, pensar em providenciar soluções técnicas mais adequadas. E a população deveria se conscientizar sobre o fato que estamos queimando a maior riqueza que temos, sem reflexão.

Penso que essa é uma tarefa de longo prazo. Na época do Far Oeste também havia situações nada morais. Aos poucos foram se moralizando. Acho ingênuo imaginar que um governo “comprometido com a justiça social” teria uma resposta mágica. Implica que os governos desde a saída dos

militares não foram comprometidos com a justiça? As forças que qualquer governo enfrentaria, num esforço de moralizar o interior da Amazônia, incluem a falta quase completa de respeito perante a lei, o crime organizado, a falta de infraestrutura, a falta de escolaridade, a corrupção, o medo e o comodismo.

*Você participou de uma operação do Grupo Móvel de Fiscalização. Além de viver “ao vivo e a cores” o problema, você também conhece os resultados desse trabalho e acompanha junto com a CPT o drama dos trabalhadores escravizados. Como você avalia o trabalho que tem sido feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego através dos Grupos Móveis? O que poderia ser diferente e melhor, sob a visão de alguém que não está dentro do governo?*

Excelente. Admiro muito esses homens e mulheres que se expõem ao perigo, às críticas, à falta de compreensão, às preocupações das próprias famílias, ao medo, aos dias longos de frustração e cansaço. Acho importante o entrosamento entre as duas partes que compõem os Grupos Móveis: AFTs e policiais federais. Isso precisa ser trabalhado, até o ponto em que todos os integrantes se sintam membros iguais de uma força tarefa acima de seus respectivos departamentos. Suspeito, com todo respeito, que seja possível que os policiais federais, cuja formação é bem diferente da formação dos fiscais, sentem-se menosprezados e reduzidos ao papel de guarda-costas. Além da tão prometida criação de uma força tarefa dentro da própria Polícia Federal, talvez, um treinamento conjunto e uma participação maior durante a fiscalização tivesse o efeito de unir o grupo, com conseqüências melhores pelo seu desempenho.

*A impunidade tem sido uma chama alimentadora das práticas de trabalho escravo. A Justiça é lenta, nos confins do mundo praticamente inexistente e quase totalmente comprometido com o poder econômico. Quais seriam os mecanismos eficazes para punir exemplarmente aqueles que utilizam a exploração de outros seres humanos para obter lucro máximo? Os projetos de lei que estão no Congresso resolveriam o problema?*

Diria que a expropriação de terras ajudaria, sim. A mudança dos processos da Justiça Estadual para a Justiça Federal ajudaria também. A elevação do valor das multas trabalhistas, não. Não funciona agora, e não vejo como a simples elevação do valor ajudaria.

Um dos empecilhos maiores a uma reforma social reside no atual sistema judiciário, sobrecarregado, supercomplexo, e sujeito às pressões locais. Uma reforma não será uma coisa para se fazer da noite para o dia, precisaria ser amplamente discutida e refletida. Mas, na medida em que o nível de escolaridade melhora, na medida em que o cidadão se responsabilize tanto por si mesmo, quanto pela sociedade em geral, acredito que vamos, sim, conseguir criar uma sociedade mais justa.

*Você coloca durante a narrativa muitas reflexões duas depois das conversas com as pessoas entrevistadas. Como você resumiria o seu sentimento depois de conhecer e vivenciar tantas “situações limite” e histórias que mais parecem filmes de terror? Alguma coisa mudou em você depois das viagens?*

Mas é claro! Tenho hoje uma consciência bem mais profunda sobre direitos humanos. Uma indignação renovada quando vejo a falta de humanidade, a falta de respeito, a “coisificação”, a redução de seres humanos ao nível de animais. Uma admiração sincera por aqueles que se dedicam à luta contra esses males. Uma admiração pela coragem e persistência do povo que se deixa enganar e não perde a esperança.

Gostaria de salientar aos meus possíveis leitores que o meu papel foi mínimo. Simplesmente descrevi o que eu vivi, o que eu presenciei. A todos que me permitiram compartilhar um pouco de suas histórias, agradeço muito. Espero que o meu trabalho ajude a despertar atenção, indignação e determinação de agir juntos, para que o trabalho escravo, um dia, seja eliminado.

**Serviço**

“Vidas roubadas – a escravidão moderna na Amazônia brasileira”

Binka Le Breton

Edições Loyola – 2002

284 páginas

Preço sugerido: R\$ 23,00

**Binka Le Breton**

A pianista e concertista Binka é inglesa. Está no Brasil há doze anos com o marido Robin Le Breton, um cientista especialista em manejo de recursos naturais. Juntos, numa fazenda em Rosário de Limeira, Minas Gerais, eles gerenciam o Centro de Pesquisas e Conservação Iracambi, que trabalha na conservação da Mata Atlântica, melhores maneiras no manejo de terras, tanto reflorestadas quanto desmatadas, em parceria com a comunidade local.

Binka envolveu-se, primeiro, com o meio ambiente. Depois, com a questão das terras e, daí, com os Direitos Humanos. É autora de outros livros em língua inglesa. Em português publicou o “Todos sabiam”, sobre a história de vida e morte do Padre Josimo, da Comissão Pastoral da Terra. Tem viajado pelo mundo falando sobre direitos humanos e meio ambiente, na esperança de despertar a atenção do mundo para graves problemas sociais que ocorrem, não só no Brasil, mas também na África e Ásia, principalmente.

**Entrevista publicada na Revista do SINAIT nº 7 – Janeiro/2003**

**Assessoria de Comunicação do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT**

**Reprodução permitida, desde que citada a fonte.**